

# NECROPOLÍTICA, PATRIARCADO E O VALOR DA VIDA HUMANA NAS DISTOPIAS

NECROPOLITICS, PATRIARCHY AND THE VALUE OF HUMAN LIFE IN  
DYSTOPIAS

Alice de Araujo Nascimento Pereira<sup>84</sup>

**RESUMO:** Nas narrativas distópicas *The handmaid's tale* de Margaret Atwood, e em *The children of men* de P.D. James há um desprezo pela vida daqueles que transgridam as regras draconianas dentro daquele contexto autoritário e catastrófico. Em ambos os enredos, há o tema da infertilidade em escala global. Apesar do risco iminente à humanidade, justamente no momento que cada vida devia ser mais valorizada devido à ameaça de extinção, seu valor intrínseco é esvaziado, uma vez que a vida se torna um objeto político. A vida de cada um, indispensável para a sobrevivência de todos, se torna refém das elites dirigentes, que desejam assegurar seu poder. E através desses mecanismos, é a vida das mulheres que perde seu valor mais rapidamente, seus corpos são passivos de controle estatal. A partir do conceito de necropolítica de Mbembe, que argumenta que a política é um trabalho de morte e a soberania é o direito de matar (MBEMBE, 2011, p. 21), e do posicionamento de Bordieu, que afirma que o Estado ratifica e reforça as prescrições e proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, pretendemos analisar como vida e morte se tornam mecanismos para legitimar a necropolítica nos contextos dessas distopias.

**PALAVRAS-CHAVE:** distopias; necropolítica; patriarcado; vida

**ABSTRACT:** In the dystopian narratives *The handmaid's tale* by Margaret Atwood and *The children of men* by P.D. James there's a complete disregard for the lives of those who transgress the draconian rules of those authoritarian and catastrophic contexts. In both works, there is the theme of infertility in a global scale. In spite of imminent risk to humanity, it's precisely at the moment that each life should be more values due to the threat of extinction, its intrinsic value is emptied, once bare life has become a political resource. Each individual life is indispensable for the survival of everyone, each becomes hostage of the elites, who want to assure their own power. And through those mechanisms, the lives of women lose their value more quickly, their bodies passive of estate control. Considering Mbembe's concept of necropolitics, which states that politics is the work of death and sovereignty is the right to kill (MBEMBE, 2011, p. 21), e from Bordieu's position that the Estate ratifies and reinforces prescriptions and proscriptions from private patriarchy with those of a public patriarchy, we intend to analyse how life and death become mechanisms to legitimize necropolitics within the contexts of these dystopias.

**KEY WORDS:** dystopias; necropolitics; patriarchy; life

---

<sup>84</sup> Doutoranda em Estudos de Literatura na Universidade Federal Fluminense - Brasil.

## 1- INTRODUÇÃO: A MORTE COMO POLÍTICA DE ESTADO NA FICÇÃO DISTÓPICA

Keith Booker afirma que a literatura distópica constitui uma crítica às condições sociais e sistemas políticos existentes, seja por criticar as premissas utópicas sobre as quais tais condições e sistemas foram construídos “ou pela extensão imaginária dessas condições e sistemas em outros contextos que mais claramente revelam suas falhas e contradições” (BOOKER, 1994, p. 3, tradução nossa). Distopias são frequentemente marcadas por autoritarismos, pela perda da segurança física e social, pela evocação do pesadelo em que o futuro pode se transformar ao maximizar circunstâncias reais do presente. Nesses cenários ficcionais, o controle das autoridades governamentais sobre a vida e a morte dos indivíduos é acentuada. Michel Foucault esclarece que esse jogo político há muito já figura como interesse do Estado, como o autor demonstrou ao analisar a genealogia do biopoder e da biopolítica em *A história da sexualidade*.

Achille Mbembe argumenta que a política é um trabalho de morte, e a soberania é o direito de matar (MBEMBE, 2011, p. 21), o que ele denomina a necropolítica. Alinhado ao posicionamento de Foucault, que sustenta que a “velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (1988, p 131), Mbembe nos lembra que Foucault defende que o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder estão inscritos na maneira como funcionam todos os Estados modernos e podem ser vistos como elementos constitutivos do poder estatal na modernidade (MBEMBE, 2011, p. 23). Por extensão, a gestão da vida também leva inexoravelmente ao controle da morte, no sentido de que o Estado soberano pode, e frequentemente exerce de fato, o poder de matar os indivíduos ou deixá-los morrer, sem ser julgado ou responsabilizado por tal.

Em *Homo Sacer*, Giorgio Agamben localiza as origens da biopolítica no que consideramos o nascimento do Estado democrático moderno: a Revolução Francesa

e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. É nesse contexto que nasce o sujeito, como ontologia. É então que a vida pura se justapõe e se confunde com o cidadão, que é aquele que está sob o domínio da lei de uma nação específica, aquele que possui direitos. Porém, se o cidadão é o mesmo que o sujeito, uma vez que se perdem atributos do cidadão também se perde a essência do sujeito? Segundo Agamben, foi justamente no momento histórico em que tiraram proveito dessa ambiguidade conceitual entre sujeito e cidadão que nasceu o Nazifascismo. Ele ainda acredita que, no presente, a separação entre o humanitarismo e a política é a fase extrema da separação dos direitos humanos dos direitos do cidadão (1998, p. 85) e, portanto, é fato que o comando de um homem (ou mulher) vivo(a) sobre sua própria vida tem como contraponto a determinação de uma barreira além da qual a vida deixa de ter valor jurídico e pode, por conseguinte, ser eliminada sem que tal ato seja um homicídio (1998, p. 89)

A biopolítica, isto é, “a crescente inclusão da vida natural do homem nos mecanismos e cálculos do poder” (AGAMBEN, 1998, p. 76), assim como a necropolítica, tomam proporções mais amplas e patentes nos dois romances que iremos analisar. Em *The Handmaid's Tale*, romance publicado em 1985 pela escritora canadense Margaret Atwood, o ato sexual é rigorosamente controlado pelo Estado teocrático fundamentalista cristão, para o qual tal ato só pode ter fins reprodutivos. Devido aos efeitos da radiação e do lixo tóxico, além de uma guerra em andamento, houve um declínio perigoso das taxas de natalidade. As mulheres ainda capazes de ter filhos, chamadas aias, são designadas aos comandantes, altos oficiais do governo, e às suas esposas. Em seu período fértil, elas devem ter relações sexuais com os Comandantes na tentativa de gerarem filhos aos quais as aias não terão direito. Já em *The Children of Men*, da escritora britânica P.D. James, publicado em 1991, se passa em um futuro não tão distante em que ninguém nasce há vinte e cinco anos, e o sentimento de desesperança prevalece. Nesse momento, a Grã-Bretanha é governada por um ditador, primo do narrador e personagem central, o historiador e professor Theo. Porém, uma ex-aluna de Theo, Jillian, aparece grávida.

A partir daí, Theo, Jillian e um pequeno grupo de oposição ao governo, tentam esconder a gravidez e manter a moça em segurança até o nascimento do bebê.

Em ambas as obras, verificamos que embora a humanidade esteja iminentemente em risco de extinção e que nessas circunstâncias cada vida deveria assim ser considerada mais indispensável e preciosa, seu valor é mais relativizado, e cada um se vê numa posição extremamente vulnerável. Os regimes ditatoriais exercem a soberania e o monopólio da força, garantindo a manutenção do seu poder, exercendo o controle sobre a vida e os corpos dos indivíduos, num exercício de *necropolítica*. E, mais especificamente, esse controle e desprezo pela vida do Outro é exercido de maneira mais extensiva e rígida sobre os corpos femininos. Como observa Margaret Atwood, a maioria das distopias, incluindo *1984* e *Admirável mundo novo*, foram escritas por homens e o ponto de vista dessas narrativas tem sido o masculino. Ela ainda argumenta que:

Quando as mulheres apareciam [nas distopias], elas eram autômatos sem sexo ou rebeldes que desafiavam as regras sexuais do regime. Elas agiam como tentadoras dos seus protagonistas masculinos, não importando quão bem-vindas elas seriam para os homens em questão” (ATWOOD, 2004, p. 516, tradução nossa)<sup>85</sup>

## 2- O VALOR DA VIDA NAS DISTOPIAS

O Iluminismo e o humanismo colocaram o Homem e a Razão no centro da sua própria existência, dirigentes e principais beneficiários de um progresso sem limites. E após os avanços tecnológicos e científicos do século XIX, tais crenças pareciam inquestionáveis, e a prosperidade, ininterrupta. Entretanto, diversos acontecimentos posteriores mostraram os limites e os perigos do suposto “progresso”. A crise do humanismo desde o início do século XX tem raízes em

<sup>85</sup> “When women have appeared in them, they have been either sexless automatons or rebels who've defied the sex rules of the regime. They've acted as the temptresses of the male protagonists, however welcome this temptation may be to the men themselves.” (ATWOOD, 2004, p. 516)

diversos fatores: a industrialização em escalas sem precedentes, que torna o trabalho humano obsoleto; a urbanização desordenada, as guerras mundiais, genocídios, avanços tecnológicos alienantes, os interesses do mercado, que transbordam em todos os campos da vida, sufocando ou se apropriando de todo bem material ou imaterial, nos levaram a incertezas sempre renovadas.

Zigmunt Bauman aponta que no mundo moderno cada indivíduo é deixado só, enquanto a maioria é instrumento da promoção alheia (2007, p. 24), apesar dos discursos de cooperação e combate às injustiças e desigualdade dos Estados. Se o Estado é o “modelo da unidade política, um princípio de organização racional” (MBEMBE, 2011, p. 38), sua racionalidade não tem sido bem-sucedida em combater a miséria; tem sido, ao contrário, um aliado em sua perpetuação, apesar dos instrumentos democráticos e mecanismos de participação popular. As narrativas distópicas parecem ecoar a afirmativa de Bauman de que “o futuro da democracia e da liberdade pode ser assegurado numa escala planetária, ou não ser assegurado” (2007, p. 26). Se os Estados modernos democráticos utilizam de mecanismos burocráticos e técnicos para controlar a vida, para garantirem interesses não só seus, mas de elites nacionais, corporações e organismos transnacionais, como a vida pode manter qualquer valor intrínseco se seu sinônimo é consumidor, cidadão, força de trabalho?

Foucault afirma que o princípio de “poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se o princípio da estratégia entre Estados (...) o poder se situa e exerce no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (1988, p. 129). Mais recentemente, as ameaças da violência urbana e terrorismo alargaram os limites da necropolítica, e os indivíduos se sentem responsáveis por cumprir um dever para seus Estados como seus agentes, representantes ou nacionais. A destruição da vida de um indivíduo sem nenhuma dúvida de que se está cumprindo um dever, sendo uma pessoa de boa moral, é a nova forma do Mal, da qual o Estado se aproveita e ao qual se rende (BAUMAN;

DONSKIS, 2013, p. 10), numa mistura questionável de medo, lealdade e instinto de sobrevivência, que pode levar a decisões inquestionadas e mortais.

Além do medo do Outro, um medo coletivo da modernidade que também é externado em diversas obras distópicas e pós-apocalípticas é o da praga, a destruição que não vem do meio, ou de algum “fora”, mas que elimina não o meio em que vivemos, mas cada indivíduo, todos carregando o apocalipse dentro de si. No texto de Elana Gomel a respeito da pestilência nas narrativas apocalípticas, ela defende que dos quatro Cavaleiros do Apocalipse, é a doença que se inicia no indivíduo e acaba por devastar a comunidade (2000, p. 406). Porém, tanto na obra de Atwood como na de James, a pestilência não resulta em corpos deteriorados, sofrimento físico, contaminações, mortes em massa; ela é, em vez disso, algo silencioso, fatal não para o indivíduo, mas para a civilização. Trata-se de uma doença que impede a perpetuação da espécie humana e que faz com que o biopoder tenha de se tornar mais extremo, mais rígido. Fatores que diminuem expressivamente a natalidade em *The handmaid's tale* e uma misteriosa infertilidade masculina em *The children of men* invocam os enredos de ficções apocalípticas. Porém, o foco dessas duas narrativas não é a morte, contágio e putrefação, mas uma doença silenciosa e que não marca o corpo, mas que é implacável e mortal para a comunidade como um todo. Ao mesmo tempo, a trama da pestilência não é tanto uma ficção sobre o fim, mas sobre o fim sendo indefinidamente adiado (GOMEL, 2000, p. 412).

Cada narrativa de doença e morte também é uma de sobrevivência de alguém que está presente para narrar as mortes dos outros. Em um nível psicológico, “é a morte do outro e sua presença em forma de cadáver que fazem com que o sobrevivente se sinta único, e cada inimigo massacrado aumenta o sentimento de segurança desse sobrevivente” (HEIDEGGER apud MBEMBE, 2011, p. 66). E talvez seja esse sentimento que traga um devir de prazer na aniquilação do outro, mesmo quando, ou talvez especialmente, há uma ameaça a todos. Se a política dos Estados é a necropolítica, então que valor tem a vida do Outro? Assim, os indivíduos sobrevivem num jogo do qual eles não podem se negar a fazer parte, no qual

competem entre si e contra forças desproporcionalmente mais poderosas. O indivíduo seria “uma propriedade do Estado ou de suas instituições ou, no máximo, um mero instrumento ou refém da doutrina política” (BAUMAN, DONSKIS, 2013, p. 30).

A gestão da vida e da morte pelo Estado estão interligadas, uma é a extensão da outra, e ambas são acentuadas nas ficções distópicas sobre as quais nos debruçamos. No romance de James, a fuga de Jillian e do grupo que deseja se opor ao governo autoritário também cristaliza um medo do controle da vida: a gravidez dela poderia iminentemente se tornar uma fonte de poder político, um objeto de barganha, assim como o nascimento da criança: então o mínimo que podem fazer é tentar ditar os termos dessa situação. Outrossim, a morte é diretamente administrada pelo Estado, seja através das execuções ou dos rituais de suicídio coletivo dos idosos, um ritual denominado Quietus, uma espécie de sacrifício para que o indivíduo não se torne um fardo numa sociedade praticamente sem jovens que possam cuidar deles. Além do mais, a família dos que participam desse sacrifício receberia uma pensão do Estado após sua morte. Tal ritual ratifica como “as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte reconfiguram significativamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (MBEMBE, 2011, p. 74).

Em *The handmaid's tale*, as execuções dos que se opõem ao regime de Gilead, daqueles que transgridem seus códigos morais ou desobedecem aos preceitos bíblicos são públicas e remetem ao Antigo Regime e à Bíblia. Os executados têm seus cadáveres exibidos em um paredão para que sirvam de exemplo, um aviso.

Nessa república cristã, cunhou-se o termo não-mulher para se referir àquelas que se mostrassem em desacordo com as regras e comportamentos considerados apropriados ao que a religião prescreve para a mulher. Não se conformar com os papéis que uma mulher poderia desempenhar dentro do regime não é uma opção. As não-mulheres são enviadas não para prisões mas para as colônias, uma escolha de vocábulo bastante literal que revela os valores de Gilead. Mbembe analisa a questão das colônias na modernidade. Ele analisa que as colônias são habitadas pelos

“selvagens” e não se organizam na forma estatal, não implicando a existência de cidadãos (MBEMBE, 2011, p. 39). A descrição no romance de Atwood é bastante tenebrosa:

Nas Colônias, elas passam todo tempo limpando. Eles são muito preocupados com a limpeza hoje em dia. Às vezes são só corpos, após uma batalha. Aqueles nos guetos das cidades são os piores, eles ficam abandonados mais tempo, ficam mais apodrecidos. Esse grupo não gosta de cadáveres espalhados por aí, eles têm medo de uma praga ou algo assim, Então as mulheres nas colônias lá fazem as queimadas. Mas as outras Colônias são piores, o lixo tóxico e as derramadas de radiação. Eles presumem que você terá no máximo três anos de vida nelas, antes que o seu nariz caia e a sua pele comece a descascar como luvas de borracha. Eles não se dão ao trabalho de te alimentar muito, nem de te dar roupas protetoras ou algo do tipo, é mais barato não fazer nada disso. (ATWOOD, 1986, p. 322-23)<sup>86</sup>

### 3- O PATRIARCADO E A NECROPOLÍTICA

A participação das mulheres na vida política tem sido tolhida de diversas formas ou apagada da história. A emergência do movimento feminista na segunda metade do século XX chamou atenção para tal. Nas lutas revolucionárias, o feminismo já foi acusado de ser divisório, e argumenta-se que as pautas devem aguardar a vitória para serem discutidas; porém, como a história já mostrou, quando as mulheres não participaram da organização da luta, elas não participarão daquilo que sucede (McCLINTOCK, 1993, p. 77). Essa forma particular de dominação é indissociável do próprio Estado. Sobre os fatores institucionais de reprodução da divisão dos gêneros, devemos salientar o papel do Estado, que ratifica e reforça “as prescrições e proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência cotidiana da unidade doméstica” (BORDIEU, 2010, p. 105). Catharine McKinnon

<sup>86</sup> “In the Colonies, they spend their time cleaning up. They're very clean-minded these days. Sometimes it's just bodies, after a battle. The ones in city ghettos are the worst, they're left around longer, they get rottener. This bunch doesn't like dead bodies lying around, they're afraid of a plague or something. So the women in the Colonies there do the burning. The other Colonies are worse, though, the toxic dumps and the radiation spills. They figure you've got three years maximum, at those, before your nose falls off and your skin pulls away like rubber gloves. They don't bother to feed you much, or give you protective clothing or anything, it's cheaper not to.”



acredita que a dominação de homens sobre mulheres é o sistema prevalente e tenaz da história, pois sua particularidade se iguala à universalidade, sua força é exercida como consentimento, sua autoridade como participação, sua supremacia como paradigma da ordem, seu controle como a própria definição de legitimidade (1983, p. 438-39).

Toda dominação impõe uma dissimetria estrutural que é simultaneamente o efeito e o alicerce dessa dominação (HIRATA et al., 2009, p. 76). O exercício do domínio simbólico ou real da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres nos romances de Atwood e James é uma versão maximizada do que já existe de fato, destacando a supracitada “dissimetria estrutural”.

Em ambas as obras, as mulheres estão em posições particularmente vulneráveis, embora no romance de Atwood essa opressão seja muito mais extensiva, coletiva e violenta. A própria existência da República de Gilead se baseia na subjugação dos corpos das mulheres:

“Ir para as Colônias”, disse Rita. “Elas têm essa opção.”  
“Com as Não-Mulheres, e morrer de fome ou Deus sabe mais o quê?”, disse Cora. (ATWOOD, 1986, p. 13, tradução nossa)

Essa é primeira vez que o termo “não-mulheres” aparece na obra, num momento em que duas das denominadas Marthas, as mulheres que fazem os trabalhos domésticos nas casas dos Comandantes, discutem se seriam ou não Aias. Conforme o desenrolar da trama, vemos que ser uma não-mulher não é propriamente uma opção, já que elas têm a função de limpar lixo tóxico. Podemos inferir que ser classificada como tal é uma sentença de morte e é um dos medos das personagens. A infertilidade junto à transgressão é uma das justificativas para tal. Em dado momento, quando uma das “Tias”, as responsáveis pelo treinamento das aias, está mostrando um documentário sobre o que elas chamam de “as não-mulheres do passado”, Offred vê sua mãe, uma ativista feminista. Aquelas que defendessem a

autonomia das mulheres e o direito sobre seus corpos não poderiam ser mulheres de fato, pois não se encaixavam nos padrões de comportamento nem correspondiam às expectativas da República de Gilead.

Nenhum Estado-nação dá aos homens e às mulheres igual acesso aos seus direitos e recursos (McCLINTOCK, 1993, p. 61), apesar dos inegáveis avanços em todas as áreas alcançados política, jurídica e economicamente desde o início do século XX. Por isso, MacKinnon propõe uma teoria feminista do Estado, que se justifica, segundo ela, porque sendo o Estado masculino, a lei trata e vê as mulheres como os homens tratam e veem as mulheres, e por conseguinte o Estado liberal de maneira coercitiva e autoritária constitui a ordem social em favor do sexo masculino (1983, p. 644). Esse androcentrismo se mascara de neutralidade, objetividade e racionalidade:

A força da dominação masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. (BORDIEU, 2010, p. 16)

Tendo a família como unidade mínima da sociedade, e o próprio termo “patriarcado” referente à figura do Pai, qual seria o papel da Mãe dentro dessa ordem social? Rich argumenta que “o patriarcado depende da figura da mãe para agir como influência conservadora, imprimindo nos futuros adultos os valores patriarcais” (RICH, 1995, p. 61, tradução nossa). Por isso, no romance de Atwood, as aias só poderiam ter a função de “úteros bípedes” e não de mães para as crianças que gerariam: são as esposas dos Comandantes que exercerão esse papel.

Adrienne Rich afirma que é um momento crucial na consciência humana quando o homem descobre que é dele a capacidade de engravidar a mulher. Através da sua prole, ele pode se tornar imortal (RICH, 1995, p. 58). Tal descoberta serve para assegurar os direitos à propriedade e titularidades, e mais tarde é ressignificado dentro do nacionalismo, já que é através da prole que se garante a continuidade da

nação. As mulheres constituem simbolicamente as que carregam dentro de si a nação, entretanto a elas é negado qualquer agenciamento nacional direto (McCLINTOCK, 1993, p.62). As mulheres então são o instrumento para um objetivo, no qual elas não estão incluídas ou sobre o qual não foram consultadas. Como receptáculos, não podem dispor de si próprias. Em *The Children of Men*, os exames ginecológicos são obrigatórios, assim como o teste de sêmen, porém o exame é muito mais invasivo e abusivo para as mulheres. Os corpos das mulheres são passíveis de apropriação se isso for de interesse do Estado. De maneira semelhante, as aias também fazem consultas periódicas e tomam outras precauções para garantir que estão saudáveis o bastante para serem gestantes.

Em uma relação de dominação, as práticas e as representações dos dois sexos não são simétricas (BORDIEU, 2010, p. 29). Sendo assim, as mulheres em Gilead não podem ler, escrever, exercer direitos políticos, trabalhar em qualquer atividade fora das atividades domésticas, nem ter propriedades. Ou seja, não podem controlar sua representação nem individualmente nem como grupo. Além disso, em Gilead não se fala em infertilidade masculina, apenas feminina, justificando ainda mais a existência das aias. Essas mulheres que ainda podem conceber se tornam prisioneiras sagradas; no entanto, elas não têm nenhum direito aos filhos: eles pertencem exclusivamente aos Comandantes e às esposas, a divisão de gênero sendo reiterada pela de classe, já que os Comandantes são os altos funcionários do governo.

A violência contra as mulheres abarca uma variedade de discursos, práticas e comportamentos. “A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser é um ser-percebido, tem por efeito colocá-las em constante estado de insegurança corporal” (BORDIEU, 2010, p. 82). Carme Alemany define como violência contra as mulheres “todos os atos que, por meio da ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos para intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física ou na sua subjetividade” (ALEMANY apud HIRATA et al., 2009, p. 273). Em *The children of men*, quando a infertilidade generalizada é percebida, a resposta é

aumentar as relações sexuais; assim, a “[p]ornografia e violência sexual nos filmes, na televisão, nos livros e na vida haviam aumentado e se tornado mais explícitas” (JAMES, 1993, p. 7). Outra instância em que a necropolítica é exercida pelo governo de Gilead são as *Salvagings* (algo como Salvações), uma execução das mulheres acusadas de cometerem crimes e na qual as aias dividem com o Estado a tarefa de verdugo, desempenhando uma tarefa que não poderiam declinar e contra qual não poderiam protestar sem se tornarem elas próprias criminosas, numa cumplicidade forçada, primeiramente pela coerção religiosa ou pelo senso de autopreservação. Sendo assim, o Estado exerce sua soberania sobre os acusados e o público. Em termos de crítica literária, esse ritual da distopia de Atwood compartilha com narrativas pós-apocalípticas cuja temática central é a Praga a reflexão de um desejo de curar através da purificação radical do corpo (GOMEL, 2000, p. 430), purificar para salvar, no sentido mais religioso das palavras. Há uma relação entre a modernidade e o terror, que pode ser comparada às práticas do Antigo Regime, resultando numa tensão entre a paixão do público pelo sangue e as noções de justiça e vingança (MBEMBE, 2011, p. 26).

Um evento significativo para Theo, em *The children of men*, é quando ele vai assistir a um Quietus, um ritual grupal no qual pessoas já de idade avançada são colocadas em uma embarcação que será inevitavelmente tragada pelo mar, em direção à morte certa. No Quietus a que Theo comparece, só mulheres estavam no barco. Ele testemunha uma mulher que, ao tentar desistir do suicídio coletivo, pula na água e tenta nadar até a areia, porém um guarda a golpeia. Um suicídio se torna um assassinato. Parece significativo que haja somente mulheres naquele barco e que um agente do Estado mate uma idosa após ela ter desistido do suicídio: o indivíduo tomou para si como dever aquilo que o Estado propaga como sendo o melhor para todos. Uma mulher tem sua vida negada pelo Estado através da cumplicidade de um dos seus agentes. Além disso, o ritual do suicídio coletivo reitera o caráter totalitário e coletivista daquela sociedade. Assim como nas narrativas apocalípticas centradas na peste, em que as cenas marcantes das covas coletivas e a iconografia da pilha de

corpos são recorrentes, o suicídio coletivo também ressalta “a tomada brutal da identidade individual” (GOMEL, 2000, p. 412).

#### 4- CONCLUSÃO

Booker argumenta que ao localizar suas críticas em cenários imaginários distantes, as distopias oferecem novas perspectivas sobre problemas e práticas sociais que poderiam passar despercebidas ou serem consideradas inevitáveis (1994, p. 3-4). Se na modernidade a soberania consiste em exercer um controle sobre a mortalidade (MBEMBE, 2011, p. 20), ao mesmo tempo que na pós-modernidade se vive um momento de insegurança no presente e incerteza do futuro, gerando medo e um sentimento de impotência (BAUMAN, 2007, p. 26), que consequências e desdobramentos esses pressupostos podem gerar? A ficção distópica lida frequentemente com um medo do poderio estatal, parte de um sentimento mais amplo de insegurança, e como esse Estado percebe o indivíduo e seu valor como ser humano é um tema que está abaixo da superfície desses romances.

O medo privado da morte é magnificado para o nível da espécie: tememos a extinção da própria humanidade devido precisamente às circunstâncias aparentemente caóticas e talvez inevitavelmente catastróficas do presente, seja por causa de guerras nucleares, perda de domínio sobre a tecnologia, destruição da natureza pelo ser humano que dela depende ou uma combinação de tudo isso. Um dos temas que reflete esses temores é a impossibilidade da reprodução, o que rejeita um final repentino e dramático da humanidade, mas lida com essa morte como um processo com características e implicações bastante únicas, um exercício de imaginação que só a ficção é capaz de tratar. Buscamos analisar de que maneiras essa temática é trabalhada nas distopias *The handmaid's tale*, de Margaret Atwood, e *The children of men*, de P.D. James. Podemos concluir que embora não se encaixem propriamente na categoria de narrativas pós-apocalípticas, elas preveem um Fim iminente e tais como as obras pós-apocalípticas centradas na pestilência, os romances de Atwood e James não estão preocupados com o momento abrupto da morte, mas

sim com a interminável duração do processo de estar morrendo (GOMEL, 2000, p. 408) nos levando a crer que a sociedade contemporânea já se encontra em processo de dissolução. Procuramos demonstrar também como essas ficções criticam o esvaziamento do valor intrínseco da vida humana em regimes totalitários justamente no momento crucial para a sobrevivência da espécie. A necropolítica das elites dirigentes retratadas reflete como para elas a manutenção de seu status e a eliminação de qualquer oposição têm primazia sobre a preocupação com o futuro coletivo. Também buscamos discutir como pelo fato de as mulheres serem as que têm a capacidade de engravidar e por estarem em uma posição desprivilegiada simbólica e politicamente, seus corpos são mais sistematicamente abusados e controlados pelo Estado, um domínio que o contexto distópico só faz salientar, como Lúcia de la Rocque afirma: “a figura feminina tem um papel quase paradoxal: é ao mesmo tempo importante e secundária, submissa e submetida a um enquadramento e classes” (LA ROCQUE, 2011, p. 77). A deterioração do valor da vida humana e especialmente os valores da vida das mulheres, bem como os direitos reprodutivos, estão presentes em debates atuais e se encontram entrelaçados nos romances analisados, colocando-os sob uma nova luz, ou talvez, na escuridão.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Kindle edition. Stanford, Stanford University Press, 1998.

ATWOOD, Margaret. *The Handmaid's Tale*. Nova York: Fawcett Crest, 1986.

\_\_\_\_\_, Margaret. “*The Handmaid's Tale* and *Oryx and Crake* ‘In Context’”. *PMLA*, Vol. 119, No. 3, pp. 513-517, 2004. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/25486066?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/25486066?seq=1#page_scan_tab_contents). Acessado em: 31/05/2011.

BAUMAN, Zigmund; DONSKIS, Leonidas. *Moral Blindness*. Cambridge: Polity Press, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 2007.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOOKER, M. Keith. *Dystopian Literature: A theory and research guide*. Westpoint: Greenwood Press. 1994.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal: Rio de Janeiro. 1988.

GOMEL, Elana. "The Plague of Utopias: Pestilence and the Apocalyptic Body". In: *Twentieth Century Literature*, vol 36, no 4. 2000, p. 405-433. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/827840>. Acessado em 19/01/2011

HIRATA, Helena et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: editora UNESP, 2009.

JAMES, P.D. *The Children of Men*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

DE LA ROCQUE, Lucia. "Submissão e resistência nas variações de gênero em Butler e Atwood". In: *Feminismos, identidades e comparativismos: vertentes nas literaturas de língua inglesa*, p. 73-90. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MBEMBE, Achille. "Necropolítica" Em: *Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto*. Tradução e edição de Elisabeth Falomir Archambault. Madri: editora Melusina. 2011, p. 17-76.

MacKINNON, Catharine. "Feminism, Marxism, Method, and the State: Towards a Feminist Jurisprudence". In: *Signs*, vol 8, no 4. Chicago: University of Chicago Press, 1983, p. 635-658. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173687>. Acessado em: 26/04/2010

McCLINTOCK, Anne. "Family Feuds: Gender, Nationalism and the Family". In: *Feminist Review* no 44, 1993, p 61-80.

RICH, Adrienne. *Of Women Born: Motherhood as Experience and Institution*. Nova York e Londres: W. W. Norton & Company, 1995.

Recebido em 15/08/2017.

Aceito em 26/09/2017.